

**OBSERVATÓRIO CONE SUL DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS
INFORME BRASIL Nº 404**

Período: 20/11/2010 – 26/11/2010

GEDES – Brasil

- 1- Supremo Tribunal Militar libera acesso ao processo de Dilma Rousseff
- 2- Tropas brasileiras enfrentam novos problemas na missão de paz do Haiti
- 3- Ministro da Defesa contesta relatório da Associação Internacional do Transporte Aéreo sobre aeroportos brasileiros
- 4- Inquérito Policial confirmará se tiro disparado por militar contra jovem foi acidental
- 5- Contra-almirante brasileiro assume comando da Marinha na missão de paz da ONU no sul do Líbano
- 6- Submarino nuclear brasileiro será desenvolvido em projeto conjunto entre Marinha e estaleiro francês
- 7- Parceria entre Brasil e Ucrânia para lançamento de foguetes é suspeita de irregularidades
- 8- Sucessão do comando do Ministério da Defesa permanece indefinida e presidente eleita pode recriar o antigo Gabinete Militar
- 9- Ministro da Defesa francês aguarda para breve a decisão do Brasil sobre a compra dos caças
- 10- Guerrilha do Araguaia é discutida na OEA
- 11- Forças Armadas participam juntamente com polícia das operações para restabelecimento da lei e da ordem pública no estado do Rio de Janeiro

1- Supremo Tribunal Militar libera acesso ao processo de Dilma Rousseff
Segundo o periódico *O Estado de S. Paulo*, Álvaro Bianchi, professor da Universidade de Campinas (Unicamp) e diretor do Arquivo Edgard Leuenroth, asseverou que o teor do processo que revela os motivos pelos quais Dilma Rousseff, presidente da República eleita em 31/10/2010, foi presa durante o regime militar (1964-1985), está disponível na unidade de pesquisa da universidade. O acesso foi liberado pelo Supremo Tribunal Militar no dia 16/10/2010. Segundo o professor, Dilma cometeu um grave erro omitindo o processo durante a campanha eleitoral, uma vez que muitas discussões políticas, como as que abordam o tema dos direitos humanos, deixaram de ser promovidas. No processo, há registros de que a nova presidente da República participou de organizações clandestinas de resistência ao regime e de que, em sua residência, foram encontrados materiais que comprovavam sua atuação. Dilma foi denunciada em 1970 por subversão, teve seus direitos políticos suspensos por dez anos e foi condenada a quatro anos de reclusão. Bianchi ressaltou ainda que a mídia deve fazer uso consciente do processo, uma vez que os acontecimentos devem ser contextualizados para serem melhor compreendidos. De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, Dilma Rousseff era, juntamente com outros dois militantes, responsável por cuidar do arsenal bélico da Vanguarda Armada Revolucionária - Palmares, organização guerrilheira da qual participava. Esta afirmação foi baseada no depoimento de 1970 de João

Batista de Sousa, ex-militante da mesma guerrilha de Rousseff. De acordo com os documentos, registrou-se no Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) que os armamentos da guerrilha haviam sido roubados do 10º Batalhão da Força Pública do Estado de São Paulo. (Folha de S. Paulo – Poder – 20/11/10; O Estado de S. Paulo – Nacional – 20/11/10)

2- Tropas brasileiras enfrentam novos problemas na missão de paz do Haiti

De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, os militares brasileiros que atuam na Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (Minustah) enfrentam novos problemas que são frutos do descontentamento dos haitianos com o surto de cólera e o estado precário no qual se encontra o país. No dia 18/11/10 um grupo de manifestantes entrou em confronto com os soldados da Minustah na capital, Porto Príncipe, e, de acordo com o coronel brasileiro Carlos Aversa, um dos manifestantes foi ferido a tiros pelos militares. O coronel afirmou que em outras regiões também ocorreram manifestações, algumas com ensejo político, devido às eleições que devem acontecer no país dia 28/11/10. De acordo com Aversa, as manifestações tiveram como principal motivo a falta de informação sobre os meios para conter e tratar a cólera e foram agravadas devido aos ânimos exaltados pela celebração do último combate da revolução que conduziu o país à independência. Segundo Ricardo Seitenfus, representante da Organização dos Estados Americanos (OEA) no Haiti, os impasses entre regiões do país também podem ter influenciado os tumultos, já que a região norte reivindica maior atenção, em comparação com a capital do país. Em relação ao pleito eleitoral que deverá ocorrer no final do mês de novembro, o jornal *O Estado de S. Paulo* noticiou que a situação do Haiti apresenta-se cada vez mais crítica, porém, no que concerne à segurança do país, o general brasileiro comandante da Minustah, Paul Cruz, garantiu que as tropas estão preparadas para enfrentar situações de tumulto. (O Estado de S. Paulo – Internacional – 20/11/10; O Estado de S. Paulo – Nacional – 21/11/10)

3- Ministro da Defesa contesta relatório da Associação Internacional do Transporte Aéreo sobre aeroportos brasileiros

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, a Associação Internacional do Transporte Aéreo (Iata) criticou, em um de seus relatórios, o estado em que se encontram os aeroportos brasileiros, afirmando que a infra-estrutura é desastrosa. Segundo Nelson Jobim, ministro de Defesa, a Iata, além de privilegiar os interesses comerciais em detrimento do bem estar do passageiro, possui uma visão errônea a respeito da situação brasileira, uma vez que o país está investindo em melhorias nesse setor. Jobim ainda afirmou que está programada uma reunião com representantes da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e da Empresa Brasileira de Infra-estrutura Aeroportuária (Infraero) para abordar o assunto e garantir que não haja problemas no final do ano, quando aumenta o fluxo de passageiros nos aeroportos. (Folha de S. Paulo – Economia – 20/11/10)

4- Inquérito Policial confirmará se tiro disparado por militar contra jovem foi acidental

O jornal *Folha de S. Paulo* noticiou que no dia 14/11/10 um jovem homossexual foi baleado na barriga por um militar, no parque Garota de Ipanema localizado na cidade do Rio de Janeiro. Segundo a vítima, o militar o derrubou no chão e disparou o tiro. O Exército havia divulgado nota negando o ocorrido, mas afirmou, dia 19/11/10, que o tiro foi acidental e que o Inquérito Policial Militar poderia confirmar esta suposição. O terceiro-sargento Ivanildo Ulisses Gervásio foi reconhecido pela vítima e por mais quatro testemunhas no Forte de Copacabana, onde cumpre pena preventiva. O militar ainda deve ser indiciado sob suspeita de tentativa de homicídio duplamente qualificado, ou seja, por motivo torpe e sem dar chance de defesa à vítima. Em coluna opinativa para a *Folha*, Cristina Grillo ironizou a posição do Exército ao analisar que “as versões se contradizem”. Segundo a colunista, ao negar o tiro disparado por um soldado, e, logo após, admitir que o tiro foi acidental, o Exército evidenciou uma contradição institucionalizada. (Folha de S. Paulo – Cotidiano – 20/11/10; Folha de S. Paulo – Opinião – 22/11/10)

5- Contra-almirante brasileiro assume comando da Marinha na missão de paz da ONU no sul do Líbano

Segundo o periódico *Folha de S. Paulo*, a Organização das Nações Unidas (ONU) convidou o Brasil para assumir o comando da Marinha da Missão de paz da ONU no sul do Líbano (UNIFIL), após a Itália deixar o mencionado posto. A Marinha brasileira designou o contra-almirante Luiz Henrique Caroli para o comando da missão, o qual deverá comandar uma frota europeia e terá como principal objetivo impedir que armamento ilegal penetre por vias marítimas em território libanês. Além disso, o Exército brasileiro poderá enviar 300 militares à UNIFIL no ano de 2011 para auxiliar no desarme de minas e bombas de fragmentação lançadas por Israel na guerra de 2006. A ONU também solicitou o envio de navios brasileiros para a missão, mas o pedido foi negado pelo ministro da Defesa brasileiro, Nelson Jobim. Todavia, tal solicitação não vigora como condição *sine qua non* para a participação brasileira. Os ministérios responsáveis por estudar a viabilidade de enviar tropas e materiais ao exterior irão aguardar que Dilma Rousseff assuma a Presidência para então submeter o pedido ao Congresso Nacional. De acordo com a *Folha*, o fato de o Brasil enviar auxílio à missão no Oriente Médio ajuda-o a desempenhar papel relevante na região. (Folha de S. Paulo – Mundo – 20/11/10)

6- Submarino nuclear brasileiro será desenvolvido em projeto conjunto entre Marinha e estaleiro francês

De acordo com o periódico *O Estado de S. Paulo*, a Marinha brasileira pretende aumentar e modernizar sua frota naval a partir da construção de 26 novos submarinos, seis de propulsão nuclear e 20 convencionais. O projeto é de longo prazo e com conclusão prevista somente para 2047. O Consórcio Baía de Sepetiba (CBS), como ficou conhecido o projeto, trata-se de uma parceria entre o Estaleiro francês DCNS e a Marinha do Brasil. Os submarinos serão produzidos pelo grupo Odebrecht, construtora responsável pela instalação do

parque industrial que engloba a construção de 27 edifícios. Conforme publicado pelo jornal, quando finalizadas as instalações, elas poderão auxiliar tecnicamente uma frota de 10 a 20 submarinos, além de possuir capacidade para construir duas novas unidades. O Programa de Desenvolvimento de Submarinos (ProSub), já em andamento, estima que o custo do primeiro submarino será de 2 bilhões de euros, incluindo o projeto, a construção e a transferência de tecnologia. No que concerne aos submarinos convencionais, pode-se dizer que os novos exemplares serão divididos em lotes, que incluem 15 novos S-Br, além de modelos já utilizados pela Marinha, que serão aperfeiçoados. O plano de obras civis do projeto encontra-se em estágio inicial e prevê a geração de 700 empregos ao longo de sua execução. Após esse reaparelhamento, a força naval brasileira pode tornar-se, segundo os parâmetros do Plano de Articulação e Equipamento da Marinha (Paemb), a frota com o maior poder dissuasório do continente. Para o almirante Júlio Moura Neto, a importância de reforçar a frota brasileira com submarinos se justifica pela concentração dos complexos industriais, portos marítimos e região do pré-sal em regiões costeiras, tornando a ampliação da segurança marítima e o fortalecimento da estratégia de dissuasão necessários. A escolha de submarinos com propulsão nuclear ocorreu devido ao fato deste proporcionar alcance de maior profundidade, aumentar a capacidade de ataque e garantir maior mobilidade e discrição. O Ministério da Defesa, em resposta aos questionamentos sobre a escolha da construtora Odebrecht como parceira da DCNS, disse que este era um assunto relacionado à empresa francesa, e não uma decisão do governo. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 21/11/10; O Estado de S. Paulo – Internacional – 23/11/10)

7- Parceria entre Brasil e Ucrânia para lançamento de foguetes é suspeita de irregularidades

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, a Controladoria-Geral da União tem investigado possíveis irregularidades na parceria firmada entre a Agência Espacial Brasileira (AEB) e uma instituição em Manaus (estado do Amazonas) –fruto de parceria institucional que congrega uma consultoria que favorece a empresa binacional Alcântara Cyclone Space (ACS)– criada por Brasil e Ucrânia, para o lançamento de satélites na base de Alcântara (estado do Maranhão). Ao tomar conhecimento que esse fato seria reportado pela *Folha*, Carlos Ganem, presidente da AEB, cancelou o contrato de parceria no dia 12/11/10. Contudo, a AEB já havia transferido ao Instituto Superior de Administração e Economia da Amazônia (Isae) R\$ 6,6 milhões dos R\$ 40,7 milhões que estavam programados. O Isae teria a função elaborar análises sobre o "desenvolvimento e acompanhamento do modelo de gestão para a complementação da infraestrutura do complexo espacial de Alcântara", para o lançamento do foguete ucraniano Cyclone-4 no Centro de Lançamentos de Alcântara (CLA) da Aeronáutica. O contrato com o Isae foi fechado no dia 22/12/08, quando também houve a utilização e liquidação do dinheiro investido. Além disso, a *Folha* apurou que no dia 19/12/08, Ivan de Almeida Ferreira Júnior, procurador da AEB, emitiu a Ganem posição contrária à parceria ao ter detectado irregularidades no acordo. Todavia, o presidente da AEB manteve o acordo. Em documento, Ferreira Júnior escrevera, então, que não havia um "projeto básico para os estudos" e pediu atenção no custo do acordo,

aconselhando um detalhamento maior sobre um valor compatível. Ao ser questionada pela *Folha*, uma fonte anônima e experiente no assunto analisou que esse investimento foi feito com muito mais dinheiro do que o necessário em curto prazo. Originalmente, o projeto Cyclone-4, que custará cerca de 1 bilhão de reais para o Brasil, fora instituído no ano de 2006 e já teve dois processos anulados, um de licitação e outro de escalada de custos. O lançamento inicial do foguete, agendado para 2010, foi reprogramado para 2012. Sérgio Rezende, ministro da Ciência e Tecnologia, justificou o alto investimento ao valorizar a questão estratégica para o país. Em entrevista à *Folha*, o presidente da AEB alegou que os gastos com o Isae encontravam-se "dentro das normas legais", entretanto, a AEB vai aguardar uma posição oficial da Controladoria Geral da União, apesar de afirmar que o valor gasto serviu para obter licenças ambientais, melhorar a comunicação e revisar o Programa Nacional de Atividades Espaciais. Ganem ainda disse que o contrato foi renovado com o fim de "exaurir, no âmbito administrativo, todas as possibilidades para a solução das impropriedades". Lincoln Campos, diretor do Isae, não se pronunciou sobre o assunto. (Folha de S. Paulo – Ciência – 22/11/10)

8– Sucessão do comando do Ministério da Defesa permanece indefinida e presidente eleita pode recriar antigo Gabinete Militar

De acordo com os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, o ministro da Defesa, Nelson Jobim, ainda aguarda uma definição da presidente eleita sobre seu destino. De acordo com os jornais, o atual presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, teria pedido à Rousseff que mantivesse Jobim no cargo, pois ele está conduzindo o processo de reestruturação do Ministério da Defesa e possui conhecimento sobre os principais assuntos da defesa no momento, entre eles a licitação para a compra dos caças da Força Aérea Brasileira e a questão aeroportuária. No entanto, a *Folha* destacou que a presidente eleita não possui simpatia por Jobim, o qual se manteve neutro na campanha eleitoral. Ainda de acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, Rousseff poderá acabar com o Gabinete de Segurança Institucional (GSI). Em seu lugar, pode ser recriado o antigo Gabinete Militar ou Casa Militar, o que poderá gerar, por outro lado, um problema sobre a alocação da Agência Brasileira de Inteligência (Abin). A Abin não poderia ficar sob o escopo da Casa Militar, pois a intenção é que esta última tenha apenas a função de coordenar a segurança e as viagens da nova presidente da República. (Folha de S. Paulo – Poder – 23/11/10; Folha de S. Paulo – Poder – 25/11/10; O Estado de S. Paulo – Nacional – 25/11/10)

9- Ministro da Defesa francês aguarda para breve a decisão do Brasil sobre a compra dos caças

Foi noticiado pelo periódico *O Estado de S. Paulo* que o ministro da Defesa francês, Alain Juppé, está aguardando para o fim do mês de novembro ou início de dezembro de 2010 um posicionamento do governo recém-eleito no Brasil a respeito da compra dos caças modelo Rafale, fabricado pela Dassault Aviation. Em setembro deste ano, o presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, declarou que havia entrado em negociações exclusivas com a França para comprar os Rafale, contudo, após receber críticas da Força Aérea

Brasileira (FAB), afirmou que a competição ainda estava aberta com a empresa sueca Saab Gripen e a norte-americana Boeing. A estimativa é de que o investimento brasileiro seja entre US\$ 4 bilhões e US\$ 10 bilhões, dependendo da escolha final, do custo de manutenção e armamentos a serem instalados. O jornal noticiou ainda que a compra inicial de 36 aeronaves para patrulhar o espaço aéreo brasileiro tem a possibilidade de ser ampliada para 100 novas unidades. (O Estado de S. Paulo – Política – 24/11/10)

10- Guerrilha do Araguaia é discutida na OEA

De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, a relatora especial para Liberdade de Expressão da Organização dos Estados Americanos (OEA), Catalina Botero, afirmou no dia 23/11/10 que a conclusão do julgamento da sentença que possivelmente condenará o Brasil por não investigar devidamente os crimes ocorridos durante a Guerrilha do Araguaia (1972-1975) pode abrir um precedente importante para todos os países da América Latina. Segundo a relatora, a eventual condenação do Brasil na Corte Interamericana de Direitos Humanos poderia gerar jurisprudência aplicável a outros países. Caso seja condenado, o Brasil poderá ser declarado infrator de tratados internacionais dos quais é signatário, bem como ter de compensar os parentes das vítimas e promover mudanças na sua legislação. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 25/11/10)

11- Forças Armadas participam juntamente com polícia das operações para restabelecimento da lei e da ordem pública no estado do Rio de Janeiro

De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, o governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral Filho, anunciou no dia 24/11/10, que pediu apoio ao ministro da Defesa, Nelson Jobim, para conter a situação de violência generalizada na cidade do Rio de Janeiro. Contudo, segundo apurou o *Jornal do Brasil*, o ministro Marco Aurélio de Mello, do Supremo Tribunal Federal (STF), se posicionou contra a mobilização de contingentes das Forças Armadas para atuar no combate à série de ataques incendiários promovida pelo crime organizado na cidade. O ministro do STF se colocou a favor da convocação da Força Nacional de Segurança Pública e da Polícia Federal para operações conjuntas com as polícias estaduais (militar e civil) e a Polícia Rodoviária. Marco Aurélio de Mello alertou que as medidas para enfrentar as ondas de ataques “devem ser utilizadas com muita cautela”, até porque, conforme a Constituição Federal, no seu artigo 142, as Forças Armadas “destinam-se, precipuamente, à defesa da pátria e à garantia dos poderes constitucionais”. Porém, conforme as edições dos jornais *Folha de S. Paulo*, *Jornal do Brasil* e *O Estado de S. Paulo* publicados no dia 26/11/10, após quatro dias de ataques criminosos ocorridos no estado do Rio de Janeiro, aproximadamente 450 policiais militares e 300 agentes de delegacias especializadas, com o apoio de 30 fuzileiros navais e seis veículos blindados M-113 da Marinha brasileira, quatro carros-lagarta anfíbios e três viaturas piranhas invadiram a comunidade Vila Cruzeiro, no complexo de favelas da Penha na cidade do Rio de Janeiro, levando centenas de criminosos a fugirem pela mata em direção ao vizinho complexo do Alemão. Ainda assim, o secretário de Segurança Pública do estado, José Mariano Beltrame, reclamou da falta de apoio do Exército. Em

resposta às críticas do secretário, o Ministério da Defesa afirmou que a escolha da Força a ser empregada foi do ministro Nelson Jobim. Após estes acontecimentos, de acordo com o *Estado* e a *Folha*, o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, determinou ao ministro Jobim que autorizasse o envio de 800 homens do Exército para a cidade do Rio de Janeiro, com a finalidade de garantir a proteção do perímetro das áreas ocupadas pela polícia; o envio de dois helicópteros da Aeronáutica, com o objetivo de transportar os atiradores de elite da polícia militar e fazer o monitoramento da área conflagrada; mais 10 blindados, equipamentos de comunicação e óculos de visão noturna. Além disso, o Ministério da Justiça autorizou também o envio de 300 homens da Polícia Federal. Todavia, para que as Forças Armadas possam atuar sem implicações legais, elas devem assumir o comando da operação, denominada Operação Garantia da Lei e da Ordem (GLO), caso contrário estarão impedidas de subir os morros ou cercar determinadas áreas, podendo apenas prestar apoio logístico e de comunicação, uma vez que isto seria uma inversão hierárquica contrária à Lei 97 de 26/06/99, podendo também gerar complicações jurídicas por serem subordinadas ao Ministério da Defesa e ao presidente da República. Segundo a *Folha*, dúvidas surgiram quando apenas a Marinha foi integrada no confronto, e a justificativa oficial foi que a Força dispõe de veículos menores e de fácil tráfego para atuar nas ruas dos morros e que estes estariam apenas transportando pessoas. Antes da determinação para o ingresso do Exército nas operações de combate ao crime, o comandante da Força, general Enzo Martins Peri, determinou estado de alerta, para uma possível convocação e o reforço da segurança das unidades do Exército. Em coluna opinativa do *Jornal do Brasil*, Mauro Santayana criticou o emprego das tropas militares no Rio de Janeiro, pois segundo ele a função das Forças Armadas seria apenas a de combater o inimigo externo e reprimir movimentos que ameacem a integridade nacional, tendo como meta a aniquilação das Forças contrárias e a ocupação do território. Enquanto o objetivo exigido nas operações policiais, como no caso do Rio de Janeiro, seria a proteção dos cidadãos e das comunidades. Segundo Santayana, as “Forças Armadas devem preservar-se dos confrontos civis”. Já Eliane Cantanhêde em coluna opinativa a *Folha*, defendeu o emprego das Forças Armadas na manutenção da lei e da ordem pública, afirmando que as fronteiras entre a guerra convencional e as novas guerras vêm se tornando turvas. Diferentemente da função que se atribuía às Forças Armadas, ou seja, combater o inimigo externo, o Brasil convive pacificamente com seus vizinhos, enquanto no âmbito interno convive com um crescente conflito que vem abatendo o moral das forças policiais dos estados. De acordo com Cantanhêde, o reequilíbrio surgiu com a Lei 97/99, que estabeleceu situações, condições e limites para a utilização das Forças Armadas na manutenção da lei e da ordem. (Folha de S. Paulo – Cotidiano – 26/11/10; Folha de S. Paulo – Opinião – 26/11/10; Jornal do Brasil – Rio – 25/11/10; Jornal do Brasil – Rio – 26/11/10; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 25/11/10; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 26/11/10)

SITES DE REFERÊNCIA

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br
Jornal do Brasil – www.jb.com.br
O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

* Informamos que as colunas opinativas da *Folha de S. Paulo* e o conteúdo na íntegra de *O Estado de S. Paulo* não estão mais disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

****Equipe:**

Alexandre Oliveira (Redator, graduando em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Ana Paula Lage de Oliveira (Supervisora, mestranda em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Ana Paula Silva (Supervisora, mestranda em História), Diego Barbosa Ceará (Redator, mestrando em História, bolsista FAPESP); Etelmar Cristina Citrângulo Morente (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Heed Mariano Silva Pereira (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, mestre em Relações Internacionais); Mariana de Freitas Montebugnoli (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Suellen Maiolli (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Victor Missiato (Redator, mestrando em História, bolsista CAPES)